



Blocos Econômicos e Competitividade Agrícola Brasileira

Rosa M. O. Fontes*
Michel J. Samaha**
João Carlos R. Soub**

INTRODUÇÃO

O mapa político mundial tem sofrido profundas modificações nos últimos tempos, ressaltando-se o intenso processo de regionalização e de desenvolvimento de blocos econômicos.

A Comunidade Econômica Européia, que iniciou seu processo de integração há 30 anos, tem hoje um mercado comum composto por 12 países e com um PIB de aproximadamente 5,5 trilhões de dólares. Recentemente, a CEE assinou um contrato com os países nórdicos, criando a "Europa dos 19", que prevê a livre circulação de capitais, bens, serviços e pessoas em

sua área a partir do próximo ano. Esses países europeus são responsáveis pela metade de todas as exportações e importações mundiais.

Os Estados Unidos também passam por um profundo processo de integração, unindo-se ao Canadá e México através do North American Free Trade Agreement, mais conhecido como NAFTA. Prevê-se que ele aglutinará um megamercado de 361 milhões de habitantes e com um PIB de aproximadamente 5 trilhões de dólares.

Na América Latina, a idéia de integração regional não é recente. No entanto, os vários acordos econômicos, planos de cooperação e associações outrora criados não al-

cançaram, efetivamente, a integração almejada.

O recente Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, renovou as esperanças de que a competição e a rivalidade dos países do Cone Sul sejam definitivamente substituídas pela convergência, cooperação e complementariedade.

Apesar do potencial econômico do MERCOSUL estar aquém da CEE e do NAFTA, agregando um PIB de aproximadamente 400 bilhões de dólares, ele fortalece a economia regional, deixando-a mais apta para competir com os outros países e blocos. Ele contribui também como elemento de diminuição de custos e de ganhos de escala, restando tendências oligopolistas e futuramente dividindo os custos de investimento em pesquisa e desenvolvimento, aspecto essencial de um projeto de modernização para o Cone Sul.

AGRICULTURA BRASILEIRA FRENTE AO MERCOSUL E AO NAFTA

Existem alguns produtos agrí-

* Ph.D. em Economia, Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa e Pesquisadora do CNPq (DEE-UFV, Viçosa-MG - 36570.000)

** Engenheiros Agrônomos e Mestrados do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER-UFV, Viçosa-MG - 36570.000)

colas que parecem ser mais sensíveis à integração proposta pelo MERCOSUL. Entre eles encontram-se aqueles que fazem parte tanto da pauta de importação quanto da estrutura produtiva brasileira.

Uma análise comparativa dos custos de produção de trigo, segundo PEREZ (1988), mostra que o preço por tonelada do produto na Argentina é 71,07 dólares, enquanto no Brasil esse valor chega a 235,5 dólares. O IPARDES (1991) estima que o percentual gasto com insumos no Brasil é de aproximadamente 41,23% do total, enquanto que na Argentina esse valor não ultrapassa 20%, já que seus solos são muito férteis e planos e o clima é propício ao não-aparecimento de pragas e doenças. ADAMS (1990) mostra que a Argentina tem, em comparação com o Brasil, custos de produção menores, produtividade mais elevada e custos de colocação do trigo na Ásia e na Europa substancialmente menores. GRENNES et alii (1991) prevêem que, com a remoção das barreiras à importação, o Brasil aumentará sua demanda por trigo da Argentina, elevando seus preços.

No geral, as evidências parecem sugerir que a produção brasileira de trigo não tem condições de concorrer com a argentina, em condições de completa liberalização econômica.

O milho e a soja da Argentina apresentam, segundo PEREZ (1988), custos de produção menores, devido às boas condições de solo-clima e gastos menores com transportes. ADAMS (1990) compara o custo de produção, a produtividade e os custos CIF do milho e da soja argentina e brasileira nos mercados asiático e europeu, concluindo que a Argentina tem vantagens competitivas na produção desses produtos. Simulando integração econômica no mercado internacional de soja, FONTES e BARBOSA (1991) detectam que o MERCOSUL

parece ser particularmente benéfico para o Brasil no mercado de soja em grãos, comparativamente ao farelo e óleo de soja.

PEREZ (1988) mostra que o Brasil apresenta custos de produção menores para o arroz, principalmente por gastar menos com maquinaria e combustíveis.

No caso do leite, as produtividades argentina e uruguaia são maiores do que a brasileira. Enquanto a Argentina e o Uruguai produzem acima de 2.000 l/vaca/ano, o Brasil produz 730 l/vaca/ano. Esta vantagem se repete em termos de custo de produção. A ração concentrada corresponde a 35-40% do custo de produção do leite brasileiro, enquanto na Argentina e no Uruguai esse custo é de 25%, sendo o preço no Brasil o dobro do preço dos outros países. Na Argentina e no Uruguai são realmente pequenos os gastos com controle de bernes e carrapatos. Por outro lado, ordenhadeiras e tratores custam, no Brasil, o dobro dos preços argentino e uruguaio. Também o preço do superfosfato triplo é substancialmente maior aqui. Nos produtos derivados do leite, o Brasil tem vantagens em queijos de longa maturação, por causa da importância da matéria-prima. Em contrapartida, a indústria brasileira é melhor equipada na tecnologia de produção de iogurtes, sobremesas, etc., possuindo vantagem comparativa em produtos que incorporam maior grau de elaboração.

O vinho comum argentino, segundo STEIN (1991), tem potencial de dominar até 85% do mercado de vinhos comuns do Brasil, podendo reduzir a mão-de-obra empregada na produção de uva em até 40%. A vantagem argentina é explicitada pela sua capacidade de engarrafamento, que ultrapassa 5,7 bilhões de litros/ano, e pelo fato de todo seu vinho ser produzido com uvas viníferas. O Brasil, por outro lado, produz duas vezes menos o volume médio em uvas e vinhos

que a Argentina e com menor índice de produtividade por área e maiores custos médios de produção.

As exportações brasileiras de suco de laranja concentrado congelado para os Estados Unidos e Canadá, que em 1991 representaram mais de 300 milhões de dólares, parecem ser muito sensíveis, a curto prazo, à efetivação do NAFTA. Além de concorrer com o produto norte-americano, o suco de laranja brasileiro vive atualmente a expectativa de uma futura concorrência mexicana, conhecida como "efeito México", graças a uma acelerada expansão na produção de citros naquele país, desde o final da década de 80. Segundo SILVA (1991), a tarifa que os Estados Unidos aplicam a esse produto equivale a 35 centavos de dólar por galão de suco de laranja com concentração natural, constituindo-se na mais elevada taxa aplicada a qualquer produto alimentar ou agrícola naquele país. Na safra de 90/91, segundo NEVES (1992), os custos médios de manutenção e produção do pomar no Estado de São Paulo não passaram de US\$ 1,50, enquanto que no México e na Flórida foram US\$ 1,93 e US\$ 3,70, respectivamente. Vê-se que o Brasil tem vantagem competitiva no mercado de suco de laranja, em termos de custos de produção. No entanto, o México se beneficia da proximidade com os Estados Unidos e da remoção da tarifa norte-americana assim que o NAFTA for efetivado. GRENNES et alii (1991), simulando a remoção da tarifa norte-americana ao suco mexicano, conclui que o México aumentaria sua parcela no mercado americano em 12 mil toneladas, enquanto que o resto do mundo (incluindo o Brasil) diminuiria sua parcela em 4 mil toneladas.

Finalmente, cabe ressaltar que, afora a formação de blocos econômicos, existem vários outros fatores que afetam a competitividade agrí-

cola brasileira. As condições macroeconômicas e políticas do país, a dotação relativa de fatores, as distorções existentes no setor agrícola, a carga tributária, as condições de escoamento da produção e a armazenagem, as normas fitossanitárias e de qualidade são alguns desses fatores, igualmente relevantes na análise da competitividade agrícola brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, R. Agricultura e Agroindústria no Cone Sul In SEINTENFUS, V.M.P. e L.A. BONI, Temas de Integração Latino-Americana, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 1990.
- FONTES, R.M.O. e M.L. BARBOSA. Efeitos de Integração Econômica do Mercosul e da Europa na Competitividade das Exportações Brasileiras de Soja, Revista de Economia e Sociologia Rural, 29(4): 335-351, out-dez. 1991.
- GRENNES, T.; J.H. ESTRADA; B. KRISOFF; J. M. GARDEA; J. SHARPLES e C. VALDES. An Analysis of a United States - Canadá - México Free Trade Agreement. Commissioned Paper nº 10, International Agricultural Trade Research Consortium, Saint Paul, Novembro, 1991.
- IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. O Paraná no MERCOSUL: Análise Preliminar de Setores mais Sensíveis, Curitiba, 1991.
- NEVES E.M. A Competitividade da Citricultura Brasileira: Inserção no Mercado e Análise de Investimento (Palestra apresentada como Prova de Erudição no Concurso de Professor Titular do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ), Piracicaba, 1992.
- PEREZ, J.E.G. A Integração Brasil-Argentina: um Estudo de Competitividade na Produção de Grãos (Tese de Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, 1988.
- STEIN, B.S. e V.J. STULP. A vitivinicultura do Rio Grande do Sul e a Integração Econômica Brasil-Argentina. Revista de Economia e Sociologia Rural, 29(4): 378-400, out-dez. 1991.
- SILVA, O.M. A Tarifa Norte-Americana ao Suco de Laranja do Brasil: Vale a Pena Repensá-la. Economia Rural, 4(2), 1991.